



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO CIVIL V (POSSE)</b>	<b>C/H: 040 h/A</b>
<b>CURSO:</b>	<b>JURÍDICO</b>	<b>CÓDIGO: 5100</b>
<b>FACULDADE:</b>	<b>CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>PERÍODO: 6º</b>
<b>CATEGORIA:</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	

#### PROGRAMA DA DISCIPLINA

##### *I – EMENTA*

- Direito das Coisas. Direito real e direito pessoal. Generalidades sobre a posse. Aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Propriedade em geral. Aquisição da propriedade imóvel. Aquisição da propriedade móvel. Perda da propriedade. Usucapião.

##### *II – CONTEÚDOS*

<b>UNIDADE I</b>	<b>DIREITO DAS COISAS</b>
1.1	Conceito. Direito real e direito pessoal.
1.2	Princípios dos direitos reais.
1.3	Espécies de direitos reais.
<b>UNIDADE II</b>	<b>GENERALIDADES SOBRE A POSSE I</b>
2.1	Conceito de posse.
2.2	Teorias sobre a posse.
2.3	Natureza jurídica da posse.
<b>UNIDADE III</b>	<b>GENERALIDADES SOBRE A POSSE II</b>
3.1	Classificação. Espécies de posse.
3.2	Posse direta e posse indireta.
3.3	Posse justa e posse injusta
3.4	Posse de boa-fé e má-fé.
<b>UNIDADE IV</b>	<b>GENERALIDADES SOBRE A POSSE III</b>
4.1	Posse <i>ad interdicta</i> .
4.2	Posse <i>ad usucapionem</i> .
4.3	Posse nova e posse velha.
4.4	Posse natural e posse civil ou jurídica.
<b>UNIDADE V</b>	<b>GENERALIDADES SOBRE A POSSE IV</b>
5.1	Composse.
5.2	Posse e detenção.
5.3	Objeto da posse.
5.4	Posse precária.
<b>UNIDADE VI</b>	<b>AQUISIÇÃO E PERDA DA POSSE I</b>
6.1	Aquisição da posse em geral.
6.2	Aquisição derivada.
6.3	Aquisição derivada.
<b>UNIDADE VII</b>	<b>AQUISIÇÃO E PERDA DA POSSE II</b>
7.1	Perda da posse.
7.2	A perda da posse contra a vontade do possuidor.
7.3	A perda da posse contra a vontade do possuidor.
<b>UNIDADE VIII</b>	<b>EFEITOS DA POSSE</b>
8.1	Efeitos da posse em geral.
8.2	Percepção dos frutos.
8.3	Direito de retenção.
8.4	Indenização por benfeitorias.
8.5	Indenização dos prejuízos.
8.6	Responsabilidade pela perda ou perecimento do bem.
8.7	Presunção de propriedade.
8.8	Usucapião.
<b>UNIDADE IX</b>	<b>A TUTELA DA POSSE</b>
9.1	Tutela da posse. Aspectos gerais.
9.2	Autodefesa. Desforço imediato.
9.3	Defesa judicial da posse.
<b>UNIDADE X</b>	<b>AÇÕES POSSESSÓRIAS</b>
10.1	Natureza das ações possessórias.
10.2	Elementos constitutivos da demanda possessória: partes, causa de pedir e pedido.
10.3	Medida liminar nas ações possessórias.
10.4	Fungibilidade das ações possessórias (art. 920 do CP)
10.5	Caráter duplice das ações possessórias (art. 922 do CPC).



- 10.6 Possibilidade de cumulação de pedidos (art. 921 do CPC).  
 10.7 Proibição da exceção de domínio (arts. 923 do CPC e 1.210, § 2º, do CC).

**UNIDADE XI | AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE**

- 11.1 Ação de manutenção de posse. (*Interdicta retinendae possessionis*).  
 11.2 Classificação da turbação.  
 11.3 Procedimento. Requisitos.  
 11.4 Contagem do prazo de ano e dia no caso de turbação.

**UNIDADE XII | AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE**

- 12.1 Ação de reintegração de posse. (*Interdito recuperandae*).  
 12.2 Classificação do esbulho.  
 12.3 Procedimento. Requisitos.  
 12.4 Contagem do prazo de ano e dia na hipótese de esbulho.

**UNIDADE XIII | DO INTERDITO PROIBITÓRIO**

- 13.1 Conceito e Classificação  
 13.2 Procedimento. Requisitos.

**UNIDADE XIV | DA PROPRIEDADE EM GERAL**

- 14.1 Conceito e Natureza.  
 14.2 Elementos constitutivos da propriedade (atributos da propriedade).

**UNIDADE XV | AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE EM GERAL**

- 15.1 Aquisição da propriedade imóvel.  
 15.2 Aquisição da propriedade móvel.  
 15.3 Pressupostos gerais de aquisição.  
 15.4 Aquisição originária.  
 15.5 Aquisição derivada.  
 15.6 Aquisição derivada a título singular.  
 15.7 Aquisição derivada a título universal.

**UNIDADE XVI | AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL PELA USUCAPÃO**

- 16.1 Usucapião de bem imóvel. Pressupostos gerais.  
 16.2 Usucapião de bem móvel. Pressupostos gerais.  
 16.3 Espécies de usucapião imóvel.  
 16.4 Usucapião extraordinário.  
 16.5 Usucapião ordinário.  
 16.6 Usucapião especial.  
 16.7 Usucapião pro labore.

**UNIDADE XVII | AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL PELA USUCAPÃO**

- 17.1 Espécies de usucapião móvel.  
 17.2 Usucapião extraordinário.  
 17.3 Usucapião ordinário.  
 17.4 Usucapião de direito de uso.

**III – AVALIAÇÃO**

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividida pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

**IV – BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- DINIZ, Maria Helena. Direito civil brasileiro. *Direito das coisas*. São Paulo : Saraiva, v. 4.  
 MELO, Marco Aurélio Bezerra de. *Novo código civil anotado*. Rio de Janeiro ; Lumen Juris, v. 5.  
 RODRIGUES, Silvío. Direito civil. *Direito das coisas*. São Paulo : Saraiva, v. 5.  
 VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. *Direitos reais*. São Paulo : Atlas, v. 5.  
 WALD, Arnoldo. Curso de direito civil brasileiro. *Direito das coisas*. São Paulo : Saraiva.

<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO DO TRABALHO I</b>	<b>C/H: 40 h/A</b>
<b>CURSO:</b>	<b>JURÍDICO</b>	<b>CÓDIGO: 5101</b>
<b>FACULDADE:</b>	<b>CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>PERÍODO: 6º</b>
<b>CATEGORIA:</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	

**PROGRAMA DA DISCIPLINA**

**I – EMENTA**

Direito individual do trabalho. Fundamentos e princípios do Direito do Trabalho. Relação de trabalho e relação de emprego. Empregado. Empregador. Contrato individual de trabalho. Salário e remuneração. Alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Duração do trabalho.

**II – OBJETIVOS**

- Estimular a visão crítica do Direito do Trabalho, seus institutos, categorias, princípios e regras que informam as relações jurídicas de trabalho.
- Identificar os elementos constitutivos da relação trabalhista.
- Distinguir a relação de emprego da relação de trabalho.
- Descrever, analisar, discutir e aplicar os princípios e regras que informam o Direito do Trabalho.

**III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

<b>UNIDADE I</b>	<b>INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO</b>
	<p>1.1 História do Direito do Trabalho.</p> <p>1.2 Conceito de Direito do Trabalho, características, natureza jurídica.</p> <p>1.3 A relação com demais ramos do Direito e sua autonomia e posição enciclopédica.</p> <p>1.4 Fontes do Direito do Trabalho, aplicação do Direito do Trabalho no tempo e no espaço.</p>
<b>UNIDADE II</b>	<b>PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO</b>
	<p>2.1 O conceito de princípios e os princípios peculiares ao Direito do Trabalho.</p> <p>2.2 Princípio da proteção.</p> <p>2.3 Princípio da irrenunciabilidade dos direitos.</p> <p>2.4 Princípio da continuidade da relação de emprego.</p> <p>2.5 Princípio da primazia da realidade.</p>
<b>UNIDADE III</b>	<b>RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO.</b>
	<p>3.1 Conceito e distinção</p> <p>3.2 Requisitos da relação de emprego</p> <p>3.3 Espécies de trabalhador sem vínculo de emprego: autônomo, eventual, avulso, estagiário</p> <p>3.4 Terceirização. Cooperativas.</p>
<b>UNIDADE IV</b>	<b>SUJEITOS DA RELAÇÃO DE EMPREGO. O EMPREGADO E O EMPREGADOR</b>
	<p>4.1 Empregado. Conceito e definição legal. Requisitos. Tipos. Cargo de confiança. Empregados rurais. Empregados domésticos.</p> <p>4.2 Empregador. Conceito e definição legal. A empresa e o estabelecimento. Distinções.</p> <p>4.3 Poderes do empregador, de comando e disciplinar</p> <p>4.4 <i>Jus variandi</i> e o <i>jus resistentiae</i></p> <p>4.5 Grupo econômico e solidariedade</p> <p>4.6 Sucessão e “Empregadores” – fundamentos, modalidades, requisitos, efeitos</p>
<b>UNIDADE V</b>	<b>CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO</b>
	<p>5.1 Definição legal e doutrinária. Natureza jurídica. Elementos essenciais do contrato de trabalho.</p> <p>5.2 Nulidade e anulabilidade do contrato de trabalho. Efeitos.</p> <p>5.3 Duração do contrato de trabalho</p> <p>5.4 Contrato por prazo indeterminado. Contrato a termo e por prazo determinado da Lei nº 9.601.</p> <p>5.5 Contrato de trabalho temporário da Lei nº 6.019/74</p> <p>5.6 Contrato de trabalho e contratos afins. Locação de serviços. Empreitada. Representação comercial. Mandato. Sociedade e parceria.</p>
<b>UNIDADE VI</b>	<b>REMUNERAÇÃO</b>
	<p>6.1 Conceito e distinção.</p> <p>6.2 Parcelas integrantes da remuneração, gratificação, prêmios, comissões, percentagens, abonos, diárias, ajudas de custo, adicionais, gorjetas</p> <p>6.3 Meios e formas de pagamento de salários, salário-utilidade, conceito, configuração, tipos, valor pecuniário</p> <p>6.4 Salário mínimo, salário profissional e piso salarial</p> <p>6.5 Critérios de fixação e normas de proteção salarial, irredutibilidade, integralidade e intangibilidade salarial</p> <p>6.6 Salário igual para trabalho de igual valor, requisitos da equiparação salarial, desvio de função e re-enquadramento</p> <p>6.7 Da participação dos lucros e nos resultados</p>



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

<b>UNIDADE VII</b>	<b>ALTERAÇÃO, SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO</b>
--------------------	--

- 7.1 Alteração unilateral e bilateral
- 7.2 Voluntária e compulsória
- 7.3 Transferência e remoção
- 7.4 Promoção e rebaixamento
- 7.5 Suspensão no contrato de trabalho
- 7.6 Causas determinantes
- 7.7 Espécies e efeitos
- 7.8 Interrupção do contrato de trabalho
- 7.9 Causas determinantes
- 7.10 Espécies e efeitos

<b>UNIDADE VIII</b>	<b>DURAÇÃO DO TRABALHO</b>
---------------------	----------------------------

- 8.1 Limitação do tempo de trabalho: Fundamentos e objetivos
- 8.2 Jornada de trabalho
- 8.3 Horário de trabalho
- 8.4 Tempo *in itinere*
- 8.5 Limitação da jornada
- 8.6 Intervalos compulsórios
- 8.7 Trabalho em regime de revezamento
- 8.8 Trabalho noturno
- 8.9 Prorrogação e redução da jornada de trabalho
- 8.10 Acordo de prorrogação e banco de horas
- 8.11 Regime de trabalho a tempo parcial
- 8.12 Hora extra e sobreaviso
- 8.13 Repouso semanal remunerado
- 8.14 Fundamentos, natureza jurídica
- 8.15 Duração e remuneração do repouso
- 8.16 Trabalhos em domingos e feriados.

---

**IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudos de caso.
- Seminários.
- Leituras orientadas.

---

**V – AVALIAÇÃO**

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, divididas pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

---

**VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. *Curso de Direito do trabalho*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- MORAES FILHO, Evaristo de Moraes; MORAES, Antonio Carlos Flores de. *Introdução ao Direito do Trabalho*. 9. ed. São Paulo : LTr, 2003, vol. I e II.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do Direito do Trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho*. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2001.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Iniciação ao direito do trabalho*. 28. ed. rev. e atual. São Paulo: LTr, 2002.
- MARTINS, Sergio Pinto. *Direito do trabalho*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2002.



UNIVERSIDADE DE ILHÉUS

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL II (PROCESSO DE CONHECIMENTO)</b>	<b>C/H: 080 h/a</b>
<b>CURSO:</b>	<b>JURÍDICO</b>	<b>CÓDIGO: 5102</b>
<b>FACULDADE:</b>	<b>CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>PERÍODO: 6º.</b>
<b>CATEGORIA</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	

#### PROGRAMA DA DISCIPLINA

#### I – EMENTA

Processo de conhecimento. Cognição: conceito, objeto e espécies. Formação, suspensão e extinção do processo de conhecimento. Procedimento ordinário. Procedimento sumário. Direito probatório. Teoria geral das provas. Provas em espécie. Sentença. Coisa Julgada.

#### II – OBJETIVOS

- Construir uma base teórica para o estudo da teoria geral do processo civil.
- Proporcionar ao estudante uma visão geral e sistemática do processo de conhecimento.
- Levar o estudante a compreender o ordenamento processual civil.

#### III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

<b>UNIDADE I</b>	<b>COGNIÇÃO.</b>
	1.1 Conceito.
	1.2 Objeto.
	1.3 Espécies.
<b>UNIDADE II</b>	<b>FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO</b>
	2.1 Formação do processo de Conhecimento
	2.2 Suspensão do Processo
	2.3 Extinção do Processo
<b>UNIDADE III</b>	<b>PROCEDIMENTO ORDINÁRIO</b>
	3.1 Conceito e cabimento.
	3.2 Petição Inicial.
	3.3 Resposta do Réu.
	3.4 Providências Preliminares
	3.5 Julgamento conforme o Estado do Processo
	3.6 Instrução Probatória e Audiência de Instrução e Julgamento.
<b>UNIDADE IV</b>	<b>PROCEDIMENTO SUMÁRIO.</b>
	4.1 Conceito e Cabimento.
	4.2 Petição Inicial.
	4.3 Citação e Audiência de Conciliação.
	4.4 Resposta do Réu: Contestação e Exceção.
	4.5 Conversão do Procedimento.
	4.6 Instrução Probatória e Audiência de Instrução e Julgamento.
	4.7 Inadmissibilidade de Declaração incidental
	4.8 Intervenção de Terceiros no Procedimento Sumário
<b>UNIDADE V</b>	<b>DIREITO PROBATÓRIO. TEORIA DAS PROVAS.</b>
	5.1 Conceito de Prova.
	5.2 Objeto da Prova.
	5.3 Ônus da Prova.
	5.4 Destinatários da Prova e Sistemas de Valoração.
	5.5 Meios de Prova: Generalidades, Procedimento Probatório.
<b>UNIDADE VI</b>	<b>PROVAS EM ESPÉCIE.</b>
	6.1 Conceito.
	6.2 Depoimento Pessoal.
	6.3 Confissão.
	6.4 Exibição de Documento ou Coisa.
	6.5 Prova Documental.
	6.6 Prova Testemunhal.
	6.7 Prova pericial.
	6.8 Inspeção Judicial.
<b>UNIDADE VII</b>	<b>SENTENÇA.</b>
	7.1 Conceito.
	7.2 Classificação.
	7.3 Elementos essenciais.
	7.4 Publicação e Irretratibilidade.



- 7.5 Classificação da Sentença Definitiva  
7.6 Sentenças Executivas e Mandamentais

<b>UNIDADE VIII</b>	<b>TUTELA ANTECIPADA</b>
	8.1 Conceito.
	8.2 Requisitos.
	8.3 Cabimento.
<b>UNIDADE IX</b>	<b>COISA JULGADA.</b>
	9.1 Conceito e Natureza Jurídica.
	9.2 Coisa Julgada Formal e Coisa Julgada Material.
	9.3 A Relativização ou desconsideração da coisa julgada material.
	9.4 Limites Subjetivos da Coisa Julgada
	9.5 A Coisa Julgada nas Sentenças terminativas.
	9.6 A Coisa Julgada nas Demandas Coletivas.
	9.7 A Coisa Julgada no Mandado de Segurança.
<b>UNIDADE X</b>	<b>PROCESSOS NOS TRIBUNAIS</b>
	10.1 Introdução e Noção
	10.2 Ação Rescisória
	10.3 Homologação de Sentença Estrangeira
	10.4 Declaração de Inconstitucionalidade
	10.5 Uniformização de Jurisprudência

#### *IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS*

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudos de caso.
- Seminários.
- Leituras orientadas.

#### *V - AVALIAÇÃO*

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividida pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

#### *VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA*

- BERMUEDES, Sérgio.** *Introdução ao processo civil.* Rio de Janeiro : Forense.
- CÂMARA, Alexandre Freitas.** *Licções de direito processual civil.* Vol. I. Rio de Janeiro : Lumen Juris.
- CHIOVENDA, Giuseppe.** *Instituições de direito processual civil.* 1. ed. vol. I. [trad. Paolo Capitanio]. Campinas : Bookseller, 1998.
- MARQUES, José Frederico.** *Manual de direito processual civil.* 1. ed. vol. I. Campinas : Bookseller.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa.** *O novo processo civil brasileiro.* Rio de Janeiro : Forense.
- SILVA, Ovídio A. Batista da.** *Curso de processo civil.* Vol. I. 4. Ed. rev. e atual. São Paulo : Ed. Revista Dos Tribunais, 1998.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto.** *Curso de direito processual civil.* Forense. vol. I.



UNIVERSIDADE DE ILHÉUS

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO EMPRESARIAL IV (FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESA)</b>	<b>C/H: 80 h/A</b>
<b>CURSO:</b>	<b>JURÍDICO</b>	<b>CÓDIGO: 5103</b>
<b>FACULDADE:</b>	<b>CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>PERÍODO: 6°</b>
<b>CATEGORIA:</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	

#### PROGRAMA DA DISCIPLINA

#### I – EMENTA

Falência e Recuperação da empresa. Noções gerais. Sujeito passivo da falência, da recuperação judicial e extrajudicial. Juízo Competente. Órgãos da recuperação judicial e da falência. Acertamento do passivo do Devedor. Recuperação Judicial. Falência. Recuperação Extrajudicial. Contratos mercantis. Compra e venda mercantil. Contratos de colaboração. Contratos bancários. Contratos intelectuais. Seguro.

#### II – OBJETIVOS

- Despertar o interesse pela visão do direito Falimentar e da Recuperação de Empresas.
- Descrever, analisar, discutir e aplicar os princípios e regras que informam o Direito Falimentar.

#### III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

<b>UNIDADE I</b>	<b>TEORIA GERAL DO DIREITO FALIMENTAR. NOÇÕES GERAIS.</b>
1.1	Introdução. Noções de insolvência e de situação capaz de ensejar a recuperação.
1.2	Sujeito passivo da falência, da recuperação judicial e extrajudicial.
1.3	Juízo competente.
<b>UNIDADE II</b>	<b>ÓRGÃOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA FALÊNCIA.</b>
2.1	O juiz e o Ministério Público.
2.2	Administrador judicial.
2.3	Assembléia Geral de credores.
2.4	Comitê de credores.
2.5	Verificação e habilitação de créditos.
<b>UNIDADE III</b>	<b>RECUPERAÇÃO JUDICIAL</b>
3.1	Fundamentos do instituto
3.2	Instauração do Processo de recuperação judicial.
3.3	Efeitos em relação aos credores.
3.4	Efeitos em relação aos bens e pessoa do devedor.
3.5	Reorganização da empresa.
3.6	Convolação da recuperação judicial em falência.
<b>UNIDADE IV</b>	<b>FALÊNCIA</b>
4.1	Estado de falência.
4.2	Devedor Empresário.
4.3	Insolvência do devedor empresário.
4.4	Decretação judicial da falência.
4.5	Efeitos da sentença em relação à pessoa do falido.
4.6	Efeitos da sentença em relação aos bens do falido.
4.7	Efeitos da sentença em relação aos credores.
4.8	Efeitos da sentença em relação aos contratos do falido
4.9	Ação revocatória.
4.10	Pedido de restituição
4.11	Classificação dos créditos.
4.12	Realização do ativo e pagamento do passivo.
4.13	Extinção das obrigações do falido.
<b>UNIDADE V</b>	<b>RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL</b>
5.1	Convocação extrajudicial dos credores.
5.2	Acordo extrajudicial homologável.
5.3	Credores excluídos da recuperação extrajudicial.
5.4	Oposição dos credores.
<b>UNIDADE VI</b>	<b>DAS DISPOSIÇÕES PENAIS</b>
6.1	Introdução
6.2	Elementos específicos do tipo penal falimentar
<b>UNIDADE VII</b>	<b>TEORIA GERAL DOS CONTRATOS</b>
7.1	Contratos mercantis
7.2	Contratos e obrigações



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

- 7.3 Constituição do vínculo contratual
- 7.4 Força obrigatória do contrato
- 7.5 Desconstituição do vínculo contratual

<b>UNIDADE VIII</b>	<b>COMPRA E VENDA MERCANTIL</b>
---------------------	---------------------------------

- 8.1 Natureza mercantil da compra e venda
- 8.2 Formação do contrato de compra e venda mercantil
- 8.3 Responsabilidade das partes

<b>UNIDADE IX</b>	<b>CONTRATOS DE COLABORAÇÃO</b>
-------------------	---------------------------------

- 9.1 Introdução
- 9.2 Comissão
- 9.3 Representação comercial
- 9.4 Concessão comercial
- 9.5 Franquia (franchising)
- 9.6 Distribuição

<b>UNIDADE X</b>	<b>CONTRATOS BANCÁRIOS</b>
------------------	----------------------------

- 10.1 Atividade bancária
- 10.2 Operações passivas
- 10.3 Operações ativas
  - 10.3.1 Mútuo bancário
  - 10.3.2 Desconto bancário
  - 10.3.3 Abertura de crédito
  - 10.3.4 Crédito documentário
- 10.4 Contratos bancários impróprios
  - 10.4.1 Alienação fiduciária em garantia
  - 10.4.2 Faturização (factoring)
  - 10.4.3 Arrendamento mercantil (leasing)
  - 10.4.4 Cartão de crédito

<b>UNIDADE XI</b>	<b>CONTRATOS INTELECTUAIS</b>
-------------------	-------------------------------

- Introdução
- Cessão de direito industrial
- Licença de uso de direito industrial
- Transferência de tecnologia
- Comercialização de logiciário (software)

<b>UNIDADE XII</b>	<b>SEGURO</b>
--------------------	---------------

- Introdução
- Sistema Nacional de Seguros Privados
- Natureza do contrato de seguro
- Obrigações das partes
- Seguro de dano
- Seguro de pessoa
- Seguro-saúde
- Capitalização

---

#### IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudos de caso.
- Seminários.
- Leituras orientadas.

---

#### V – AVALIAÇÃO

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividido pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

---

#### VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CAMPINHO, Sérgio. *Falência e Recuperação de Empresa. O novo regime da insolvência empresarial*. Rio de Janeiro: Renovar. 2006.
- COELHO, Fábio Ulhoa. *Manual de Direito Comercial*. 14ª ed. Ver. e atual. de acordo com o novo Código Civil e alterações da LSA, e ampl. com estudo sobre comércio eletrônico. São Paulo: Saraiva 2003.



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

\_\_\_\_\_. *Curso de Direito Comercial*. Vol. I, II, III. 3ª ed. atual. de acordo com o novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10.01.2002). São Paulo: Saraiva. 2002.

\_\_\_\_\_. *Comentários à nova lei de Falências e de Recuperação de Empresas. Lei nº 11.101 de 9.2.2005*. São Paulo: Saraiva. 2006.

DÓRIA, Dilson. *Curso de Direito Comercial*. 9ª ed. Vol. I, II. São Paulo: Saraiva. 2006.

*VII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR*

CAMPINHO, Sérgio. *O Direito de Empresa a Luz do Novo Código Civil*. Rio de Janeiro: Renovar. 2002

MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002.



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO ADMINISTRATIVO II</b>	<b>C/H: 40 h/A</b>
<b>CURSO:</b>	<b>JURÍDICO</b>	<b>CÓDIGO: 5104</b>
<b>FACULDADE:</b>	<b>CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>PERÍODO: 6º</b>
<b>CATEGORIA:</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	

**PROGRAMA DA DISCIPLINA****I - EMENTA**

Administração direta e indireta. Responsabilidade Civil do Estado. Servidores públicos. Intervenção do Estado na propriedade. Desapropriação. Atuação do Estado no Domínio Econômico. Controle da Administração Pública. Bens públicos.

**II – OBJETIVOS**

- Construir uma base teórica para o estudo posterior das diversas disciplinas jurídicas;
- Proporcionar ao estudante uma visão geral e sistemática do Direito;
- Levar o estudante que inicia o curso jurídico a compreender o Direito e sua importância social.

**III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

<b>UNIDADE I</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA</b>
1.1	Centralização e descentralização
1.2	Administração direta (conceito / natureza / abrangência / composição)
1.3	Administração indireta (conceito / natureza / abrangência / composição)
<b>UNIDADE II</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA</b>
2.1	Autarquias
2.2	Empresas públicas e sociedades de economia mista
2.3	Fundações públicas
2.4	Outras pessoas jurídicas vinculadas ao Estado
<b>UNIDADE III</b>	<b>RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO</b>
3.1	Responsabilidade Civil e Patrimonial
3.2	Teorias
3.3	Responsabilidade objetiva
3.4	Excludentes de responsabilidade
3.5	Reparação do dano / Direito de regresso
<b>UNIDADE IV</b>	<b>SERVIDORES PÚBLICOS</b>
4.1	Agentes Públicos
4.2	Classificação dos servidores públicos
4.3	Regimes Jurídicos
4.4	Organização Funcional
<b>UNIDADE V</b>	<b>SERVIDORES PÚBLICOS</b>
5.1	Regime Constitucional
5.2	Responsabilidade dos servidores públicos
<b>UNIDADE VI</b>	<b>INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE</b>
6.1	Competência / fundamentos
6.2	Modalidades
<b>UNIDADE VII</b>	<b>DESAPROPRIAÇÃO (DEC. LEI Nº 3.365/41 – LEI Nº 4.132/62)</b>
7.1	Conceito / natureza jurídica
7.2	Objeto / destino dos bens desapropriados
7.3	Fases declaratória / executória
7.4	Ação de desapropriação
<b>UNIDADE VIII</b>	<b>DESAPROPRIAÇÃO (DEC. LEI Nº 3.365/41 – LEI Nº 4.132/62)</b>
8.1	Indenização
8.2	Desapropriação indireta
8.3	Retrocessão
8.4	Desapropriação rural
<b>UNIDADE IX</b>	<b>ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO</b>
9.1	Ordem econômica
9.2	Estado regulador
9.3	Estado executor
9.4	Monopólio estatal



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

<b>UNIDADE X</b>	<b>CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>
10.1	Conceito e abrangência
10.2	Controle administrativo
10.3	Controle Legislativo
<b>UNIDADE XI</b>	<b>CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>
11.1	Controle judicial
11.2	Mandado de segurança
11.3	<i>Habes corpus</i>
11.4	Ação popular
11.5	Mandado de injunção
11.6	<i>Habeas data</i>
11.7	Ação civil pública
<b>UNIDADE XII</b>	<b>BENS PÚBLICOS</b>
12.1	Conceito
12.2	Classificação / características
12.3	Aquisição
12.4	Gestão dos bens públicos
12.5	Alienação
12.6	Espécies

#### *IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS*

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudos de caso.
- Seminários.
- Leituras orientadas.

#### *III – AVALIAÇÃO*

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, divididas pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

#### *IV- BIBLIOGRAFIA BÁSICA*

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 12. ed. Lumen Júris: Rio de Janeiro, 2005.

CRETELLA JUNIOR, José. *Curso de Direito Administrativo*. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

GASPARINI, Diogenes. *Direito Administrativo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo brasileiro*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. *Curso de Direito Administrativo*. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.



UNIVERSIDADE DE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO ECONÔMICO</b>	<b>C/H: 040</b>
<b>CURSO:</b>	<b>JURÍDICO</b>	<b>CÓDIGO: 5105</b>
<b>FACULDADE:</b>	<b>CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA</b>	<b>PERÍODO: 6º</b>
<b>CATEGORIA:</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	

#### PROGRAMA DA DISCIPLINA

##### *I – EMENTA*

Noções. Autonomia. Instituições jurídico-econômicas. Princípios constitucionais. Legislação nacional. Direito empresarial. Livre mercado. Intervenção estatal na economia. Direito econômico internacional.

##### *II – OBJETIVOS*

- Conhecer as bases do Direito Econômico;
- Aplicar o Direito Econômico na solução de casos jurídicos;
- Aperfeiçoar o senso jurídico com o Direito Econômico;
- Utilizar o Direito Econômico como instrumento profissional;
- Empregar o Direito Econômico na busca da cidadania plena;
- Desenvolver a consciência de um Direito da Defesa da Concorrência.

##### *III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO*

<b>UNIDADE I</b>	<b>NOÇÕES GERAIS</b>
	1.1 Economia e Direito. 1.2 Direito Econômico: autonomia, fundamentos e métodos. 1.3 História do Direito Econômico. 1.4 Fontes e relações do Direito Econômico.
<b>UNIDADE II</b>	<b>A ORDEM CONSTITUCIONAL ECONÔMICA</b>
	2.1 Constituição Econômica. 2.2 Ordem Jurídica. 2.3 Ordem econômica.
<b>UNIDADE III</b>	<b>O ESTADO E O SISTEMA FINANCEIRO</b>
	3.1 Sistema Financeiro Nacional 3.2 Atividades financeiras do Estado 3.3 Intervenção do Estado na Economia
<b>UNIDADE IV</b>	<b>MECANISMOS DE CONTROLE DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS</b>
	4.1 O CADE: organização e finalidade 4.2 Bases da Defesa da Concorrência 4.3 Introdução ao Direito de Defesa da Concorrência 4.4 Defesa da Concorrência e Desregulamentação 4.5 Defesa da Concorrência no Direito Penal
<b>UNIDADE V</b>	<b>COMÉRCIO INTERNACIONAL E GLOBALIZAÇÃO</b>
	5.1 Comércio Internacional 5.2 Globalização da Economia

##### *IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS*

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudos de caso.
- Seminários.
- Leituras orientadas.

##### *V – AVALIAÇÃO*

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, divididas pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.



UNIVERSIDADE DE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

---

*VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA*

- COELHO, Fábio Ulhoa. *Direito Antitruste Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Saraiva.
- FONSECA, João Bosco Leopoldo. *Direito Econômico*. Rio de Janeiro: Ed. Forense.
- FORGIONI, Paula. *Os Fundamentos do Antitruste*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- GRAU, Eros Roberto. *A ordem Econômica na Constituição de 1988*. São Paulo: Ed. Malheiros.
- MARTINS, Luis Américo da Silva. *A ordem Constitucional Econômica*. Ed. Lumen Juris.
- SILVA, José Afonso da. *Direito Constitucional Positivo*. Ed. Revista dos Tribunais.
- VAZ, Isabel. *Direito Econômico das Propriedades*. Rio de Janeiro: Ed. Forense.



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL II</b>	<b>C/H: 080</b>
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>CÓDIGO: 5106</b>
<b>FACULDADE:</b>	<b>CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA</b>	<b>PERÍODO: 6º</b>
<b>CATEGORIA:</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	

#### PROGRAMA DA DISCIPLINA

#### I – EMENTA

Sentença. Recursos. Dos processos em espécie. Nulidades.

#### II – OBJETIVOS

- Propiciar aos alunos o conhecimento dos fundamentos dogmáticos do Direito Processual Penal.
- Desenvolver nos alunos o conhecimento e análise das categorias especiais do Direito Processual Penal.
- Possibilitar a aplicação dos princípios gerais do Direito Processual Penal.
- Interpretar e aplicar as normas processuais penais aos procedimentos em espécie.

#### III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

<b>UNIDADE 01</b>	<b>SENTENÇA</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>1.1 Breve histórico. Natureza jurídica. Classificação das decisões</li> <li>1.2 Conceito de sentença em sentido estrito</li> <li>1.3 Sentença absolutória</li> <li>1.4 Sentença condenatória</li> <li>1.5 Crise de instância</li> </ul>
<b>UNIDADE 02</b>	<b>RECURSOS</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>2.1 Conceito. Origem</li> <li>2.2 Fundamentos</li> <li>2.3 Pressupostos processuais</li> <li>2.4 Interposição. Efeitos. Extinção</li> <li>2.5 Apelação</li> <li>2.6 Recurso em sentido estrito</li> <li>2.7 Protesto por novo júri</li> <li>2.8 Carta testemunhável</li> <li>2.9 Correição parcial</li> <li>2.10 Embargos infringentes</li> <li>2.11 Embargos declaratórios</li> <li>2.12 Revisão criminal</li> <li>2.13 “Hábeas corpus”</li> <li>2.14 Mandado de segurança em matéria criminal</li> <li>2.15 Recurso extraordinário</li> <li>2.16 Recurso Especial</li> <li>2.17 Recurso ordinário constitucional</li> </ul>
<b>UNIDADE 03</b>	<b>DOS PROCESSOS EM ESPÉCIE</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>3.1 Procedimento comum ou ordinário</li> <li>3.2 Da instrução criminal. Etimologia e conceito</li> <li>3.3 Resumo do processo comum ou ordinário</li> <li>3.4 Procedimento sumário</li> <li>3.5 Da citação</li> <li>3.6 Intimação</li> <li>3.7 Procedimento sumaríssimo (Leis n. 9.099/95 e 10.259/2001)</li> <li>3.8 Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal <ul style="list-style-type: none"> <li>3.8.1 Procedimento dos crimes falimentares</li> <li>3.8.2 Procedimentos dos crimes contra a honra</li> <li>3.8.3 Procedimentos dos crimes funcionais</li> <li>3.8.4 Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial</li> <li>3.8.5 Procedimento de competência do Júri popular</li> </ul> </li> </ul>
<b>UNIDADE 04</b>	<b>NULIDADES</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>4.1 Quadro comparativo dos vícios processuais</li> <li>4.2 Princípios básicos das nulidades</li> <li>4.3 Nulidades em espécie</li> <li>4.4 Momento oportuno para a arguição das nulidades relativas</li> </ul>



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

---

*IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS*

---

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudos de caso.
- Seminários.
- Leituras orientadas.

---

*V – AVALIAÇÃO*

---

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, divididas pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

---

*VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA*

---

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Processo Penal*. Atlas Jurídico.

CAPEZ, Fernando. *Curso de Processo Penal*. Saraiva.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Manual de Processo Penal*. Saraiva.